



CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 01/2016

CARGOS: PROFESSOR 6º AO 9º PORTUGUES

INSTRUÇÕES DA PROVA

- ❖ Este caderno contém 30 (trinta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas de respostas, assim distribuídas: 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação Educacional e 10 (dez) questões de Conhecimentos específicos, todas perfeitamente legíveis.
- ❖ Quando for permitido abrir o caderno, confira atentamente se no Caderno de Prova a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso os dados estejam incorretos, ou incompletos, ou tenham qualquer imperfeição, favor informar tal ocorrência ao fiscal.
NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.
- ❖ Para cada questão existe apenas **UMA** resposta correta.
- ❖ Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta correta conforme o enunciado.
- ❖ Essa resposta deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.
- ❖ Use, como rascunho, a Folha de Respostas reproduzida no começo desse caderno.

ATENÇÃO

- ❖ Verifique se seus dados estão corretos na **FOLHA DE RESPOSTAS**, caso não estejam informe ao fiscal imediatamente.
- ❖ Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, assinale a alternativa que julgar correta para cada questão, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- ❖ Mais de uma letra assinalada implicará na anulação da questão.
- ❖ Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão.
- ❖ A **FOLHA DE RESPOSTAS NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme o modelo abaixo:

- 1 ☐ A ☒ B ☐ C ☐ D
2 ☒ A ☐ B ☐ C ☐ D

- ❖ **FOLHA DE RESPOSTA SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.**

ORIENTAÇÕES DO PROCESSO

- ❖ A duração da Prova será de 04h00min (quatro horas). (ITEM 10.1.6)
- ❖ Período de Sigilo – Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas **60 (sessenta) minutos** do início das provas. (ITEM 10.1.20)
- ❖ Os candidatos **NÃO** poderão levar o caderno de questões consigo mesmo depois de passado o período de sigilo. (ITEM 10.1.23)
- ❖ O tempo de duração das provas (quatro horas) abrange a assinatura da Folha de Respostas, a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas. (ITEM 10.16)
- ❖ Os gabaritos oficiais da Prova Objetiva de Múltipla Escolha serão disponibilizados no endereço eletrônico www.ibgpconcursos.com.br, no dia 11/12/2016, a partir das 20hs. (ITEM 10.1.26)

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	16	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
02	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	17	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
03	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	18	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
04	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	19	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
05	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	20	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
06	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	21	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
07	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	22	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
08	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	23	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
09	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	24	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
10	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	25	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
11	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	26	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
12	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	27	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
13	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	28	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
14	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	29	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D
15	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	30	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

LEIA o texto a seguir para responder às questões de **1 a 10**.

O fim do SUS e a vitória do bom senso

Eduardo Marcondes

Foi uma atitude sensata do novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, rever sua tese de fim do Sistema Único de Saúde. Para os excluídos de quase tudo, o SUS faz uma enorme diferença. O sistema, ninguém nega, tem problemas e, com razão, é criticado por isto. Mas, justiça se faça: o SUS é frequentemente atacado mais por suas qualidades do que por suas deficiências.

A possibilidade aventada e depois revista pelo ministro preocupou aqueles que, como eu, defendem o SUS como um sistema revolucionário de universalização da prestação de serviços de Saúde, como preconiza a Constituição Federal. Se por um lado a população quer mais acesso e mais qualidade nos serviços de saúde, o Estado brasileiro vem restringindo, a cada ano, os recursos orçamentários alocados ao SUS. Claro que a conta não fecha. Caso o SUS dispusesse em 2015 do equivalente em recursos ao que detinha em 1995 – já insuficientes à época, registre-se –, contaria com pelo menos mais R\$ 150 bilhões por ano. Além disso, nas duas últimas décadas, a população aumentou em mais de 50 milhões e envelheceu. O financiamento do SUS, como proporção do PIB, manteve-se abaixo do padrão internacional e inferior a países como Argentina, Chile e México. Enquanto os países investem, em média, aproximadamente 9% do PIB em saúde, nós seguimos em torno de 7%. Mas se a média do gasto público dos países é 6,7% do PIB, no Brasil é de aproximadamente 3,5%. Investindo tão pouco e com problemas de corrupção e gestão, o êxito do País no enfrentamento bem-sucedido de várias epidemias (cólera, para dar apenas um exemplo) e na redução dos indicadores de mortalidade materna e infantil deve-se a uma conjugação de fatores como as melhorias de renda e escolaridade e a dedicação abnegada dos trabalhadores do SUS.

Os gestores do sistema, em vários níveis, fazem o que podem para evitar seu colapso. Mas prejudica-se a qualidade dos serviços, que não fecham suas portas em muitas situações apenas porque os trabalhadores precisam dos seus postos de trabalho e lutam por eles e para atender quem precisa dos seus cuidados. Além disso, o orçamento da saúde é fortemente pressionado pela dívida pública, que consome mais de 40% dos seus recursos. A economia brasileira, que se situa entre as dez principais, é compatível com a ampliação dos recursos para a saúde pública. Porém, sucedem-se os governos e a saúde segue sem recursos definidos e subfinanciada. A persistir o quadro atual, há riscos importantes de sucateamento crescente do sistema com o consequente esfacelamento de programas de saúde estratégicos para o País, como os de imunização e prevenção e controle de doenças. Por ampla que seja a resiliência do SUS, há limites que não devem ser ultrapassados, conforme ensina a epidemia de Ébola na África Ocidental.

É bem verdade que contribui para esse quadro a incúria com que os poderes públicos têm lidado com o problema do financiamento da saúde no Brasil gerando crônica falta de recursos, agravado por esquemas muitas vezes amadores e precários de orçamentação, alocação e gestão. A indefinição de fontes orçamentárias que vinculem legalmente recursos públicos ao SUS solapa o sistema, submetendo-o a contingenciamentos variados e planos de ajustes fiscais, dentre outras restrições.

Não basta brandir o mantra da "falta de planejamento" e da "incompetência administrativa", que, embora sejam problemas reais, não são o cerne da questão. Além de dotar o SUS de fontes orçamentárias fixas, permanentes, suficientes e estáveis, é preciso novas políticas em Saúde. Uma alternativa, que inclusive defendi no MBA que fiz em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), é desonerar os Planos de Saúde para que, com mensalidades menores, possam ampliar seus quadros de associados, desafogando o SUS por realização de procedimentos. Não fazer isto e postergar decisões sobre seu financiamento pode promover um perigoso esgarçamento desse sistema que é o principal elo da rede de proteção social construída no Brasil nas últimas décadas. O fim do SUS seria um equívoco oceânico. Ainda bem que prevaleceu o bom senso.

QUESTÃO 1

A expressão “vitória do bom senso”, presente no título do texto, se refere

- A) à restrição dos recursos orçamentários alocados ao SUS.
- B) à iniciativa dos gestores do SUS para evitar seu colapso.
- C) ao ato de Ricardo Barros rever sua tese de fim do SUS.
- D) ao fato de o Estado desonerar os Planos de Saúde e desafogar o SUS.

QUESTÃO 2

O sentido dos vocábulos grifados, a partir do contexto em que foram usados, está **INCORRETAMENTE** identificado entre parênteses em:

- A) “A possibilidade aventada e depois revista pelo ministro preocupou...” (cogitada).
- B) “Por ampla que seja a resiliência do SUS, há limites que não devem ser ultrapassados...” (abrangência).
- C) “...contribui para esse quadro a incúria com que os poderes públicos têm lidado com o problema do financiamento da saúde no Brasil...” (desmazelo).
- D) “A indefinição de fontes orçamentárias que vinculem legalmente recursos públicos ao SUS solapa o sistema...” (arruína).

QUESTÃO 3

O objetivo deste texto é o de

- A) defender a permanência do SUS a partir de argumentos racionais.
- B) descrever o que pode acontecer aos usuários com o fim do SUS.
- C) explicar como funciona o financiamento da saúde no Brasil.
- D) narrar um episódio específico da história do SUS.

QUESTÃO 4

É possível identificar opinião sobre o tema discutido no artigo em:

- A) “...contaria com pelo menos mais R\$ 150 bilhões por ano.”
- B) “...já insuficientes à época, registre-se...”
- C) “...no Brasil é de aproximadamente 3,5%.”
- D) “...no MBA que fiz em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas...”

QUESTÃO 5

As duas orações do período “Se por um lado a população quer mais acesso e mais qualidade nos serviços de saúde, o Estado brasileiro vem restringindo, a cada ano, os recursos orçamentários alocados ao SUS.” Estabelecem, entre si, uma relação de:

- A) Adição.
- B) Comparação.
- C) Explicação.
- D) Oposição.

QUESTÃO 6

No trecho, “Mas, justiça se faça: o SUS é frequentemente atacado mais por suas qualidades do que por suas deficiências. ”, os dois pontos foram usados com o intuito de:

- A) Citar a fala de um especialista da área da saúde.
- B) Enumerar críticas feitas ao SUS.
- C) Explicar o motivo da injustiça cometida contra o SUS.
- D) Ressaltar o fato de o SUS receber mais críticas por suas deficiências.

QUESTÃO 7

O elemento retomado pelo item sublinhado está **INCORRETAMENTE** identificado nos parênteses em:

- A) “Os gestores do sistema, em vários níveis, fazem o que podem para evitar seu colapso. ” (Gestores).
- B) “...o orçamento da saúde é fortemente pressionado pela dívida pública, que consome mais de 40% dos seus recursos. ” (Dívida pública).
- C) “A indefinição de fontes orçamentárias que vinculem legalmente recursos públicos ao SUS solapa o sistema, submetendo-o a contingenciamentos variados...” (Sistema).
- D) “Não basta brandir o mantra da "falta de planejamento" e da "incompetência administrativa", que, embora sejam problemas reais, não são o cerne da questão. (Falta de planejamento e incompetência administrativa).

QUESTÃO 8

Sobre a variedade linguística empregada no texto, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A presença de expressões e construções sintáticas típicas da oralidade facilita a compressão do texto.
- B) O autor emprega a norma-padrão, variedade usada por grupos de menor prestígio social.
- C) O uso da língua padrão, como elemento de persuasão, é feito pelas escolhas lexicais, pela estruturação das frases e dos períodos, dentre outros mecanismos.
- D) O uso de expressões como “equivoco oceânico” deve ser evitado, já que elas conferem certo grau de informalidade e descredenciam os argumentos empregados.

QUESTÃO 9

Em relação à regência verbal, o verbo foi **CORRETAMENTE** classificado em:

- A) “Claro que a conta não fecha. ” (Transitivo indireto).
- B) “Caso o SUS dispusesse em 2015 do equivalente em recursos ao que detinha em 1995 (...) contaria com pelo menos mais R\$ 150 bilhões por ano. ” (Transitivo direto e indireto).
- C) “...o êxito do País (...) deve-se a uma conjugação de fatores...” (Intransitivo).
- D) “Ainda bem que prevaleceu o bom senso. ” (Intransitivo).

QUESTÃO 10

Em relação à grafia das palavras após o Novo Acordo Ortográfico, assinale **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- () A palavra “vitória” não deve mais ser acentuada pelo mesmo motivo da palavra “idéia”, pois são paroxítonas terminadas em ditongo crescente.
- () O acento na palavra “têm” foi mantido no Novo Acordo Ortográfico, a fim de marcar a forma verbal da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo.
- () O hífen em “bem-sucedido” e “submetendo-o” se justifica pelo fato de serem, respectivamente, palavras compostas que possuem no 1º elemento a forma “bem” e são terminadas e iniciadas por vogais.
- () As letras k, w e y foram incorporadas ao alfabeto da língua portuguesa após o Novo Acordo Ortográfico.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F F V V.
- B) F V F V.
- C) V F F V.
- D) V V V F.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

QUESTÃO 11

São princípios da Lei Ordinária Municipal nº 1.048/2014, que define o plano de cargos e vencimentos a que estão submetidos os servidores públicos do Município de Bocaina de Minas integrantes do quadro de pessoal do Magistério, **EXCETO**:

- A) Reconhecimento da importância da execução das atribuições do cargo público e desenvolvimento de ações que visem à melhoria da qualidade da educação municipal.
- B) Jornada de trabalho compatível com as atribuições dos cargos públicos, tendo sempre presente na jornada dez horas semanais destinadas as atividades de preparação de aulas, avaliação da produção dos alunos e reuniões escolares.
- C) Apoio técnico e financeiro, por parte do município, que vise a melhorar as condições de trabalho dos educadores, erradicar e prevenir a incidência de moléstia profissional de qualquer tipo.
- D) Incentivo à integração dos sistemas de ensino às políticas nacionais e estaduais de formação para os profissionais da educação nas modalidades presenciais e a distância com objetivo de melhorar suas qualificações.

QUESTÃO 12

Está **INCORRETO** afirmar que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- A) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- B) Educação infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
- C) Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.
- D) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

QUESTÃO 13

Segundo a Lei nº 9.394/1996, a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Análise os princípios utilizados para que o ensino seja ministrado.

- I. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- II. Dualismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- III. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- IV. Prioridades das instituições públicas sobre as privadas quanto ao ingresso dos alunos.
- V. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Estão **CORRETAS** as afirmativas.

- A) I, III e V apenas.
- B) II, IV e V apenas.
- C) I, II e III apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 14

Segundo a Lei Ordinária Municipal nº 1.048/2014 correlacione a **COLUNA I** com a **COLUNA II**.

COLUNA I

COLUNA II

- | | | |
|---------------------------------|-----|--|
| 1- Regência. | () | São aqueles que desempenham a atividade de docência ou as de suporte pedagógico à docência. |
| 2- Unidade Escolar. | () | É o edifício público onde é desenvolvido o ensino público municipal. |
| 3- Profissionalização. | () | É o conjunto de atividades exercida pelo professor no desenvolvimento de conteúdo das disciplinas. |
| 4- Profissionais Do Magistério. | () | É a valorização da qualificação decorrente de cursos e estágios de formação. |

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- | | |
|-------------|-------------|
| A) 1 3 4 2. | C) 2 4 3 1. |
| B) 4 2 1 3. | D) 3 1 2 4. |

QUESTÃO 15

O quadro de pessoal efetivo do magistério segundo a Lei Municipal nº 1.048/2014 é composto por, **EXCETO**:

- A) Professor de Educação Física.
- B) Supervisor Pedagógico.
- C) Professor Adjunto.
- D) Professor Municipal II.

QUESTÃO 16

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), o ensino é livre à iniciativa privada com fins lucrativos frente as seguintes condições, **EXCETO**:

- A) O cumprimento de normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino.
- B) A autorização de funcionamento pelo poder público.
- C) A avaliação de qualidade pelo poder público.
- D) O financiamento advenha do poder público.

QUESTÃO 17

O quadro de pessoal em comissão do magistério segundo a Lei Municipal nº 1.048/2014 é composto por:

- A) Diretor Escolar.
- B) Supervisor Pedagógico.
- C) Professor Municipal I.
- D) Professor Municipal II.

QUESTÃO 18

Quanto a organização da educação nacional, assinale **V** para as afirmativas que são incumbências de responsabilidade da União e **F** para as que não são de incumbência da União, segundo a Lei nº 9.394/1996.

- () Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- () Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.
- () Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.
- () Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.
- () Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) V F V F V.
- B) V V V V V.
- C) F V F F F.
- D) F F F V F.

QUESTÃO 19

Segundo a Lei Municipal nº 1.048/2014, o servidor público ocupante de cargo efetivo já estável, integrante do quadro de pessoal do magistério, poderá obter licença a partir dos seguintes fundamentos e requisitos, **EXCETO**:

- A) Para frequência a cursos de extensão e especialização de interesse da área de atuação do servidor.
- B) Para participação de seminários e congressos e conferências cujos temas se relacione com as funções desempenhadas pelo servidor.
- C) Havendo disponibilidade orçamentária e financeira para subsidiar as capacitações.
- D) Havendo interesse administrativo.

QUESTÃO 20

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Analise as afirmativas a seguir sobre a garantia da prioridade.

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Estão **CORRETAS** as afirmativas.

- A) I e II apenas.
- B) III e IV apenas.
- C) I e III apenas.
- D) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia o texto a seguir para responder as questões de 21 a 29.

Caminhos para uma educação física inclusiva no ensino médio

Kátia Regina Xavier Pereira da Silva

O ensino médio abriga aprendizagens que marcam os estudantes por toda a vida. Essa etapa da educação básica, em especial, é um período no qual o sujeito se vê obrigado a romper fronteiras que envolvem uma profunda e constante autoavaliação de seus pensamentos, sentimentos, motivações e ações. Soma-se a isso o fato de a escola ser um campo de tensões e conflitos, no qual nem sempre aquilo que se pensa, sente ou faz é aceito de forma tranquila e harmoniosa.

Nesse sentido, há muito o que ser concretizado para fazer jus ao protagonismo estudantil e à valorização e promoção dos direitos humanos, preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). De acordo com a legislação brasileira, temas como gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência etc., constituem pontos nodais a serem considerados na construção dos projetos pedagógicos das instituições que ofertam esse nível de ensino. Em última instância, a tematização desses assuntos tem como propósito a construção da solidariedade, entendida aqui como um dos pilares do que se denomina inclusão.

Para a professora Bader Sawaia, a inclusão é um processo que está dialeticamente ligado à exclusão. Isso significa que não há um ponto de chegada, visto que no percurso a ser trilhado há inúmeras fronteiras a serem superadas. E a cada superação, novos limites se erguem, novas exclusões acontecem, demandando mais e maiores esforços para que novos processos inclusivos se instaurem.

Nas aulas de educação física, temos muitos exemplos que ilustram situações de inclusão-exclusão e, sobretudo, grandes oportunidades para favorecer o exercício de virtudes éticas, que envolvem: o reconhecimento de si através do outro; a valorização da cooperação, sem deixar de lado as individualidades; a capacidade de controlar sentimentos, atitudes e comportamentos em situações onde se devem fazer escolhas e deliberações justas; a assunção da responsabilidade pelos próprios atos; a avaliação consciente e crítica das consequências – para o indivíduo e para o grupo – das escolhas feitas; e o exercício do papel de agente para lidar com as diferenças, vendo-as como vantagens e oportunidades e não como barreiras.

Vale a pena ressaltar, nesse ponto, que a educação física não se restringe ao ensino dos esportes. Numa visão pós-crítica de currículo, qualquer assunto pode ser objeto de tematização pelos professores, desde que considerem a devida articulação entre as vivências dos estudantes, os conhecimentos a serem ensinados e as práticas sociais. Desse modo, podemos pensar, de fato, conforme preconizam as DCNEM, na construção de práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência.

Exemplos olímpicos e paralímpicos

Para levar a efeito esse propósito, precisamos lançar outros olhares para eventos como as Olimpíadas e as Paralimpíadas. Não são somente as medalhas, os recordes mundiais e a notável performance técnica dos atletas que contam. Nos jogos sediados pelo Brasil em 2016, vivenciamos fatos emblemáticos que ilustraram situações de desrespeito, homofobia, discriminação por gênero, discriminação religiosa, xenofobia. Mas também tivemos a instituição, pelo poder público, de uma cartilha para o combate ao racismo; vimos momentos em que o espírito olímpico falou mais alto do que a vitória como meta; em que se pôs de lado a tradicional separação entre atletas olímpicos e paralímpicos e casos em que o modelo de corpo atlético sucumbiu ao desempenho surpreendente de esportistas plus size.

A reflexão crítica sobre esses acontecimentos pode enriquecer as aulas com debates em duas importantes direções: a primeira diz respeito à forma como as pessoas se engajam e desengajam no contexto de relações humanas inclusivas e excludentes. A segunda faz referência à importância da autoeficácia como forma de empoderamento dos sujeitos.

De acordo com o professor Albert Bandura, principal representante da Teoria Social Cognitiva (TSC), as pessoas buscam explicações para atenuar a gravidade de seus atos antissociais deliberadamente cometidos ou para desobrigar-se de cumprir determinados contratos, tácitos ou não, como o respeito ao outro. A isso ele nomeia desengajamento moral. Um exemplo é o uso da linguagem eufemística para mascarar exclusões, como foi o caso da seguinte manchete sobre a goleira da equipe de handebol de uma seleção olímpica: “Torcida ‘adota’ goleira gordinha de Angola e ela agradece”.

[...]

Ainda de acordo com Albert Bandura, o desenvolvimento da autoeficácia pode contribuir para o empoderamento dos sujeitos. A crença nas próprias capacidades de realização contribui para o estabelecimento de metas mais elevadas e de esforços mais intensos e duradouros. Os obstáculos são percebidos como trampolins e não como barreiras. [...]

Currículo como ferramenta de transformação

De acordo com a Teoria Social Cognitiva, a escola é uma das principais instituições onde o indivíduo aprende a ser agente da própria vida e através da qual pode contribuir para grandes e significativas transformações sociais. O currículo é uma poderosa ferramenta para desencadear esses

processos. Segundo o professor Marcos Neira, no que concerne à educação física, em especial, podemos colaborar com esse movimento:

- Reconhecendo e valorizando as identidades culturais;
- Promovendo a justiça curricular e realizando debates que superem a visão ingênua e os preconceitos acerca das diferentes manifestações da cultura corporal;
- Descolonizando o currículo e trabalhando conhecimentos e práticas sociais de grupos historicamente silenciados;
- Evitando o daltonismo cultural e usando estratégias e metodologias que vão além da bola e da quadra, como, por exemplo, a elaboração de blogs e a utilização das tecnologias da informação;
- Promovendo a ancoragem social dos conteúdos, partindo das práticas sociais dos estudantes e desconstruindo representações distorcidas provenientes da mídia, por exemplo.
- Com isso, podemos romper fronteiras e promover a participação de todos e todas.

O esporte não é a redenção para os problemas sociais nem o único conteúdo a ser trabalhado no ensino médio. Ainda que seja verossímil o argumento de que “na vida, como no esporte, há competição”, há de se criarem novas formas de fazer e pensar a educação física na escola. Como um instrumento de justiça social, a educação deve fornecer meios para que os estudantes articulem, ampliem, transformem e construam diferentes significados sobre o que vivem e o que aprendem na escola e fora dela. Se na vida se aprende a competir, a educação física pode servir como texto e pretexto para romper fronteiras em busca da inclusão.

http://diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/educacao_fisica_ensino_medio_2016_09_16.pdf Acesso em: 23 de setembro de 2016 (Adaptado).

QUESTÃO 21

De acordo com o texto, é papel da educação física, no ensino médio,

- A) articular as experiências estudantis, o conteúdo a ser ensinado e as práticas sociais.
- B) incentivar a competição entre os alunos como uma estratégia para prepará-los para a vida.
- C) ressaltar, em eventos olímpicos e paralímpicos, as medalhas, os recordes mundiais e a performance técnica dos atletas.
- D) valorizar as habilidades dos alunos, focando apenas no ensino dos esportes.

QUESTÃO 22

Afirmar que “a inclusão é um processo que está dialeticamente ligado à exclusão”, entre outras coisas, significa dizer que

- A) a rigidez não deve caracterizar as ações, uma vez que inclusão e exclusão são processos dinâmicos e complexos.
- B) as aulas de educação física são o único espaço privilegiado para construção de atitudes éticas.
- C) é impossível promover a construção da solidariedade dentro e fora da escola.
- D) o combate às representações distorcidas da mídia deve ser um ponto de partida das discussões em sala de aula.

QUESTÃO 23

O sentido dos vocábulos grifados, a partir do contexto em que foram usados, está **INCORRETAMENTE** identificado entre parênteses em:

- A) “...constituem pontos nodais a serem considerados...” (essenciais).
- B) “...a assunção da responsabilidade pelos próprios atos...” (exibição)
- C) “...vivenciamos fatos emblemáticos...” (simbólicos)
- D) “Um exemplo é o uso da linguagem eufemística...” (atenuada)

QUESTÃO 24

A articulista cita, ao longo do texto, os professores Bader Sawaia, Albert Bandura e Marcos Neira, principalmente, porque almeja

- A) apresentar dados concretos de sucesso no processo de inclusão.
- B) conferir veracidade ao discurso veiculado pelo texto.
- C) estabelecer conexões entre partes do texto.
- D) reforçar o uso da língua padrão como elemento persuasivo.

QUESTÃO 25

Nas expressões destacadas, os trechos, funcionam como elementos anafóricos, **EXCETO** em:

- A) “Essa etapa da educação básica, em especial, é um período no qual o sujeito se vê obrigado a romper fronteiras...”
- B) “Em última instância, a tematização desses assuntos tem como propósito a construção da solidariedade...”
- C) “Vale a pena ressaltar, nesse ponto, que a educação física não se restringe ao ensino de esportes.”
- D) “Para levar a efeito esse propósito, precisamos lançar outros olhares para eventos como as Olimpíadas e as Paralimpíadas.”

QUESTÃO 26

O uso da vírgula em “Se na vida se aprende a competir, a educação física pode servir como texto e pretexto para romper fronteiras em busca da inclusão.” está **CORRETAMENTE** justificado em:

- A) Separar orações coordenadas aditivas.
- B) Separar orações adjetivas de valor explicativo.
- C) Separar orações adjetivas restritivas de certa extensão.
- D) Separar orações adverbiais que vêm antes da sua principal.

QUESTÃO 27

A conjunção grifada em “Mas também tivemos a instituição, pelo poder público, de uma cartilha para o combate ao racismo...” Só **NÃO** pode ser substituída, sem alteração do sentido original, por:

- A) Entretanto.
- B) Porém.
- C) Portanto.
- D) Todavia.

QUESTÃO 28

A função sintática da oração grifada em “... a inclusão é um processo que está dialeticamente ligado à exclusão” **NÃO** se repete em:

- A) “...construção dos projetos pedagógicos das instituições que ofertam esse nível de ensino.”
- B) “Vale ressaltar, nesse ponto, que a educação física não se restringe ao ensino dos esportes.”
- C) “...construção de práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência.”
- D) “... vivenciamos fatos emblemáticos que ilustraram situações de desrespeito, homofobia, discriminação por gênero, discriminação religiosa e xenofobia.”

QUESTÃO 29

Leias as afirmações a seguir.

- I. Os vocábulos “médio”, “estratégia” e “mídia” são acentuados por terminarem em ditongo oral crescente.
- II. As proparoxítonas “ética”, “eufemísticas” e “práticas” não sofreram alterações em sua grafia a partir do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- III. Os vocábulos “autoavaliação”, “antissociais” e “autoeficácia” usam a mesma regra de exclusão do hífen do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Estão **CORRETAS** as afirmativas.

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 30

A partir da leitura de Bagno (1999), assinale **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- () O preconceito linguístico relaciona-se, em boa medida, à confusão que se faz entre língua e gramática normativa.
- () O português falado no Brasil apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade somente em função da extensão territorial do país.
- () O ensino da língua portuguesa no Brasil sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, cujas regras, muitas vezes, estão distantes das usadas pelos brasileiros.
- () Os estudos linguísticos têm comprovado, ao longo dos anos, que o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) V F V V.
- B) V F F V.
- C) F V V F.
- D) V F V F.

**ATENÇ
ÃO:
AGUA
RDE
AUTOR
IZAÇÃ
O
PARA
VIRAR
O
CADER
NO DE
PROVA**

.